

11/2/2026

Em audiência pública virtual realizada nesta terça-feira (10/2), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh-DF) colocou Taguatinga em evidência no debate sobre a regularização e adequação de áreas destinadas a equipamentos públicos, um tema que impacta diretamente o cotidiano da população local. O encontro, transmitido pela plataforma Zoom e aberto à participação da comunidade, apresentou propostas técnicas que incluem a ampliação do lote do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 8, localizado na QNA 52, Setor A Norte, com a incorporação de 550 metros quadrados de área pública. A intenção é adequar o terreno às normas urbanísticas vigentes, proporcionando mais segurança jurídica e espaço físico para demandas crescentes de educação na região. Especialistas e representantes da Seduh-DF explicaram que, além de atender às exigências legais, a proposta também visa melhorar as condições de infraestrutura e uso do solo escolar,

alinhando-as às necessidades da comunidade escolar e às diretrizes de planejamento urbano. Para as autoridades responsáveis, a participação social foi um elemento essencial da audiência pública. O subsecretário de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura, Vitor Recondo, enfatizou que esse tipo de debate fortalece a transparência e possibilita que moradores da região acompanhem e contribuam para decisões que afetam diretamente a qualidade dos serviços públicos prestados no Distrito Federal. O evento também integrou em sua pauta outras propostas de regularização em regiões administrativas vizinhas, como Ceilândia, mas Taguatinga ganhou destaque por tratar diretamente de um equipamento educacional central para a dinâmica local. A audiência pública foi realizada de acordo com o que determina a Lei nº 5.081/2013, que regulamenta a realização de debates sobre temas urbanísticos e ambientais no DF, buscando garantir ampla participação da sociedade nas decisões de ordenamento urbano. Agora, o próximo passo é transformar as propostas debatidas em minutas de projetos de lei, que serão encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para apreciação e votação, antes de seguirem para sanção do governador.

Foto: Divulgação/Seduh-DF